

AA. VV., ***Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*** (coord. Valdemar Coutinho), Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Portimão, 2001 (168 pp. + 4 anexos).

Em Dezembro de 2001 saiu a lume esta obra, *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*, editada pelo Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, entidade sediada em Portimão, e que já nos habituou a uma série de iniciativas regulares de carácter cultural, como por exemplo, as “Jornadas de História Ibero-Americanas” que entretanto já tinham cumprido a sua sétima edição.

O coordenador da obra em causa foi Valdemar Coutinho, investigador ligado àquele mesmo Instituto, e nome já com obra feita no respeitante ao estudo das estruturas castrenses do Algarve, bastando recordar entre outros, a título de exemplo, o seu trabalho *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*<sup>1</sup>, sem dúvida um texto de referência, que, constituiu um passo prévio a este mesmo inventário.

Esta *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII* foi resultado da participação do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica no Projecto “Portos Antigos do Mediterrâneo”, o qual foi financiado pelo FEDER e integrado numa Acção Piloto de Cooperação em que participaram Portugal, Espanha e Marrocos. O Instituto teve como parceiros naquele Projecto, o Campo Arqueológico de Mértola, em Portugal, e a Consejería de Turismo y Cultura de Murcia, em Espanha<sup>2</sup>.

O âmbito cronológico da obra foi propositadamente alargado, por ser entendido que entre o período islâmico e o século XVIII, as preocupações defensivas da costa algarvia foram uma constante sempre premente<sup>3</sup>.

O objectivo da obra foi, essencialmente, o de inventariar, de forma exaustiva, todas as estruturas castrenses algarvias (castelos, fortalezas, castros, fortes, torres, atalaias, baterias e muralhas), tanto as ainda existentes, como as que, tendo já desaparecido, ainda deixaram memória documental a elas relativa.

Foram todas estudadas a partir de um levantamento levado a cabo por oito especialistas, buscando integrar num todo “[...] a sua geografia, a sua história, o seu património [...]”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Valdemar Coutinho, *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*, Algarve em Foco Editora, Faro, 1997, 198 pp.

<sup>2</sup> *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*, p. 5.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

Os investigadores encarregados da inventariação são conhecedores próximos do espaço tratado, sendo portanto esta obra uma colectânea de várias inventariações parcelares, que em conjunto recobrem todo o espaço costeiro, marítimo e fluvial, do Algarve.

A obra apresenta uma parte introdutória (pp. 5-73), composta pela Introdução propriamente dita (pp. 5-7), e por mais quatro estudos (pp. 9-73) de cariz contextualizador e que analisaremos mais adiante.

O Inventário (pp. 75-163) está organizado segundo a ordem alfabética dos concelhos algarvios com costa marítima e/ou fluvial<sup>5</sup>, e dentro de cada concelho o ordenamento das fortificações aparece de forma decrescente, indo das mais complexas para as mais simples<sup>6</sup>.

No Inventário, além da apresentação da informação escrita, relativa a cada estrutura militar estudada, e obedecendo aparentemente a um formulário comum, cada entrada é maioritariamente acompanhada de variada informação iconográfica. Informação essa que foi obtida, essencialmente, a partir de três fontes: as Cartas Militares 1: 25 000, do Serviço Cartográfico do Exército e a partir das quais se obtêm também as coordenadas dos respectivos lugares; plantas militares antigas, quase todas do século XIX, relativas às fortificações do Algarve, existentes no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, as quais são excelentes documentos para as estruturas ainda existentes e absolutamente imprescindíveis para as que já desapareceram; e ainda a fotografia actual, através da qual se reproduz o estado presente da maioria das fortificações em estudo.

A obra vem ainda acompanhada, por quatro anexos desdobráveis, que surgem nas guardas da capa e da contracapa, com propostas de itinerários relativos ao tema da obra. Com dois itinerários cada desdobrável, pretende-se, num total de oito itinerários, fazer possível a visita a todas as estruturas fortificadas e inventariadas.

É um trabalho de inventariação, que podendo ser classificado de modelar quanto à metodologia aplicada, e precisamente ante a quase inevitabilidade de se vir a transformar numa referência, tanto para a área científica da *Castelologia*, como para o espaço geográfico algarvio, deveria ter havido mais cuidado na revisão final

---

<sup>4</sup> *Ibid.*

<sup>5</sup> Mas aquela ordem foi, por lapso, saltada, no ordenamento dos concelhos, pois Tavira aparece antes de Silves (cf. *ob.cit.*, pp.3, 137-143 e 145-147).

<sup>6</sup> Não diríamos 'das mais importantes para as menos importantes', pois uma simples torre junto à costa poderá ser estrategicamente mais importante do que um mais complexo castelo numa zona mais interior de uma região.

dos textos, pois surgem algumas imprecisões em alguns dados cronológicos<sup>7</sup>, também na coerência da nomenclatura utilizada<sup>8</sup> e na clarificação de algumas referências bibliográficas<sup>9</sup>.

Como já disséramos atrás, na parte introdutória ao inventário, surgem quatro textos de quatro autores, que foram integrados para que se estabelecesse, tanto quanto possível, um pano de fundo diacrónico que ajudasse a integrar as informações do inventário, fragmentárias por natureza.

O primeiro, de Christophe Picard, intitula-se “Do Algarve muçulmano ao Algarve português” (pp. 9-19).

Este investigador francês, docente na Universidade de Toulouse, apresenta na sua bibliografia vários títulos relativos ao estudo das costas marítimas peninsulares e ao relacionamento marítimo entre o sudoeste ibérico e o noroeste africano<sup>10</sup>, área que até ao momento não tem atraído a atenção dos investigadores portugueses, e em que Picard surge praticamente isolado.

Neste estudo, depois de uma relato diacrónico, de cariz político-militar centrado na dominação islâmica, começa então a abordar a importância da actividade marítima e da navegação no comércio ‘algarvio’, factores que o autor

---

<sup>7</sup> Pelo menos nas pp. 87, 108, 112 e 152, surgem lapsos que poderão ter resultado de gralhas, mas ainda assim, poderiam ter sido corrigidos nas provas, ou pelo menos numa errata, no final da publicação. Na p.82 deparamo-nos com uma outra informação cronológica contraditória, que uma boa revisão teria evitado: o edifício foi fundado em 1762/68, e no entanto, já tinha sido destruído aquando do Terramoto de 1755, antes mesmo de ter sido edificado... .

<sup>8</sup> Há autores (a maioria deles) que referem o período islâmico, enquanto época de construção de alguns destes edifícios, usando o qualificativo ‘islâmico’, mas há um outro que usa o termo ‘mourisco’, sendo este um adjectivo pouco consentâneo com uma realidade construtiva apontada para o século XII, tanto mais que o qualificativo ‘mourisco’ se relaciona com os neo-convertidos ao cristianismo, mas de origem islâmica, realidade social que só apareceu, em Portugal, a partir dos princípios do séc.XVI, depois do Édito de Expulsão de 1496.

<sup>9</sup> Ao longo do inventário surge um autor e obra recorrentemente citado como segue (CORREIA, 1982). Ora acontece que na Bibliografia temos nada menos que três Correias, que publicaram naquele mesmo ano. Faria falta, portanto, que tivesse sido introduzida pelo menos a abreviatura do nome próprio, já que neste caso são todos diferentes. Assim, no presente caso, torna-se obrigatória a consulta dos três trabalhos para podermos atribuir a algum, ou alguns, a proveniência das referidas informações.

<sup>10</sup> Sobre temática marítima relacionada com as costas portuguesas, ver de Ch. Picard: “*Shilb* e a actividade marítima dos muçulmanos no Oceano Atlântico”, *Actas das III Jornadas de Silves* (1995), AEDPHC, Silves, 1997, pp. 31-38; *L’océan Atlantique musulman de la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal, Espagne, Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997; Idem, *La mer et les musulmans d’Occident au Moyen Âge (VIIIe - XIIIe siècle)*, Paris, PUF - Islamiques, 1997; estudos mais pontuais sobre o tema ou com ele correlacionados, do mesmo autor: Idem, “La piraterie musulmane sur l’océan Atlantique”, *Qurtuba* 3 (1998), pp. 153-159; Idem e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, “La défense côtière au Portugal à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal”, *Archéologie islamique* 8-9 (1999), pp.67-94; Idem, “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”, *Mil Anos de Fortificações na península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 203-212; e Idem, “O Oceano Atlântico muçulmano anterior ao Oceano Atlântico português”, *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e fronteira. Actas das VII Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002, pp.267-278.

considera estruturantes na evolução do Algarve. Estabelecendo uma caracterização do período islâmico, nos aspectos ligados ao mar, até meados do século XIII, quando ocorreu o final da 'reconquista' do reino do Algarve, e uma outra para o período português que antecede imediatamente o início da expansão marítima, e que Picard situa ainda no século XIV, põe principalmente em relevo a necessidade de que, através da escassa documentação escrita, mas, a falta daquela, principalmente através de documentação material proveniente de intervenções arqueológicas, seja estudado o período de transição, que iria, para o Algarve, de meados do século XIII até aos meados do século XIV, e que ainda segundo o autor deve "[...] ser objecto de um olhar muito atento permitindo compreender o papel primordial do Algarve nos Descobrimentos, idade de ouro da história de Portugal", ideia que já antes defendera em outro local e momento<sup>11</sup>.

Em conclusão, Picard apresenta, genericamente, neste texto, uma síntese de todos os seus excelentes trabalhos anteriores, elaborando simultaneamente uma perspectivação dirigida a novos estudos.

O segundo estudo denomina-se "Toponímia Algarvia de Origem Árabe" (pp. 21-35), e é da responsabilidade de Maria Alice Fernandes, da Universidade do Algarve e da Escola Superior de Educação.

Trata-se de uma elencagem de muitos dos topónimos da região algarvia, que recolhidos a partir das Cartas Militares do Exército<sup>12</sup>, a autora parte para contextualização linguística dos mesmos, com o precioso auxílio bibliográfico de alguns dos mais destacados linguista e arabistas portugueses do século XX, entre os quais David Lopes, José Pedro Machado, Joaquim da Silveira e José Leite de Vasconcelos.

A autora reconhece as limitações que condicionaram este trabalho<sup>13</sup>.

Os topónimos aparecem repartidos em vários apartados: orotopónimos, zootopónimos, antrotopónimos e topónimos ligados a actividades humanas.

É, portanto, um levantamento, que poderá, por certo, vir a ser futuramente complementado. No concernente aos topónimos, e não apenas no relativo à região algarvia, mas para todo o país, estão, já há um tempo, pedindo, de um ponto de vista

---

<sup>11</sup> Ch. Picard defendera já esta necessidade de entender o que se terá passado a nível de actividades marítimas em Portugal, num período que ele chama de 'transição', e que situa entre os finais do século XII e os finais do XIV, em "O Oceano Atlântico muçulmano anterior ao Oceano Atlântico português", *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e fronteira. Actas das VII Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002, pp.267-278.

<sup>12</sup> Presume-se que das cartas 1 : 25 000, já que a autora fala no *Reportório Toponímico do Continente* (Lisboa, Serviço Cartográfico do Exército, III vols, 1967), que organiza alfabeticamente toda a toponímia daquelas cartas.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 34, ns. 2 e 3.

linguístico, uma reavaliação dos já conhecidos, e o estudo de outros que ainda o não foram.

O terceiro estudo, de Luís Guerreiro, da Universidade de Lisboa, versa as “Depredações, Combates e Capturas na Costa do Algarve” (pp. 37-62).

O mais extenso de todos os textos introdutórios, alonga-se cronologicamente, desde o Período Islâmico até à I Guerra Mundial, historiando, de uma forma extensa e sólida<sup>14</sup> não apenas as actividades marítimas na costa algarvia, desde a construção naval, às actividades comerciais e às operações militares defensivas e ofensivas, mas também alguns factos sociais relativos aos meios do mar, como a pirataria e o corso, e a escravatura, como rentável e dramática consequência daquelas actividades de pilhagem.

Mas também, e complementarmente, informa-nos sobre muitas das potências marítimas adversárias que em determinadas épocas foram os principais agressores das costas e das naves algarvias, viessem essas agressões do Atlântico ou do Mediterrâneo.

Resume o autor teor do seu trabalho: “o Algarve, *limes* de civilizações adversas e encruzilhada de grandes rotas marítimas, teve a sua história indissociavelmente ligada a uma endémica conflitualidade [...] de um passado tantas vezes ingrato e turbulento”<sup>15</sup>.

Trata-se sem dúvida de uma excelente síntese que, pela sua consistência, e extensão diacrónica de mil e trezentos anos, terá vindo preencher um espaço em aberto no conhecimento da história da região algarvia, em particular, e mesmo de Portugal, em geral.

O último dos quatro artigos trata dos “Sistemas Defensivos do Litoral Algarvio. Do período islâmico ao século XVIII” (pp. 63-73), da autoria de Valdemar Coutinho<sup>16</sup>.

Começando por descrever as características geográficas e orográficas das costas algarvias, identifica-as como condicionantes para toda a história que se desenrolou, ao longo daquele milénio, entre o século VIII e o século XVIII, pois a quase totalidade dos ataques que o Algarve sofreu durante aquele longo período, foram marítimos.

A pirataria e o corso foram uma constante, obrigando a que o litoral do Algarve, pelo menos desde o período islâmico, se tivesse povoado de estruturas defensivas. Castelos e fortalezas, que, habitadas com maiores ou menores núcleos

---

<sup>14</sup> Pois apresenta cinco páginas (*Idem*, pp. 58 - 62) repletas de notas, que além de problematizarem algumas questões, ainda fornecem uma ampla bibliografia.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>16</sup> Sobre este investigador, v. parte inicial do texto.

populacionais, davam ainda guarida, em tempos de crise, a populações em fuga dos ataques depredadores. E ainda torres e atalaias, que junto à costa, exerciam uma função essencialmente de vigilância sobre os movimentos marítimos.

Sendo o Algarve uma testa de ponte da expansão portuguesa nos Mares e no Norte de África, voltou, com o abandono da maioria das praças marroquinas, a ficar de novo na linha da frente, ante os ataques provenientes do mar.

Os progressos da artilharia e o cada vez maior apetrechamento dos navios com mais bocas de fogo, obrigaram à construção de novos dispositivos defensivos, bem como à adaptação das estruturas que já existiam previamente. No início do século XVII surgiu um primeiro estudo conducente à reforma das estruturas castrenses do litoral algarvio<sup>17</sup>, reforma essa que continuou até aos finais do século XVIII.

Em conclusão, fica claro, portanto, que “entre os séculos VIII e XVIII, as preocupações defensivas na costa do Algarve [...] nunca foram descuradas pelas autoridades, fossem elas islâmicas ou cristãs”<sup>18</sup>.

António Rei

---

<sup>17</sup> Entre 1617 e 1621 o engenheiro italiano Alexandre Massaii elaborou um texto chamado «*Descrição do Reino do Algarve*» onde, a mando das autoridades deveria encontrar soluções para os ataques que constantemente assolavam as costas algarvias, cf. *Idem*, p.70.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 72.